



83ª



**REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA
DE SECRETÁRIOS E DIRIGENTES PÚBLICOS DE
MOBILIDADE URBANA**



04 E 05 DE AGOSTO DE 2022 - JUNDIAÍ

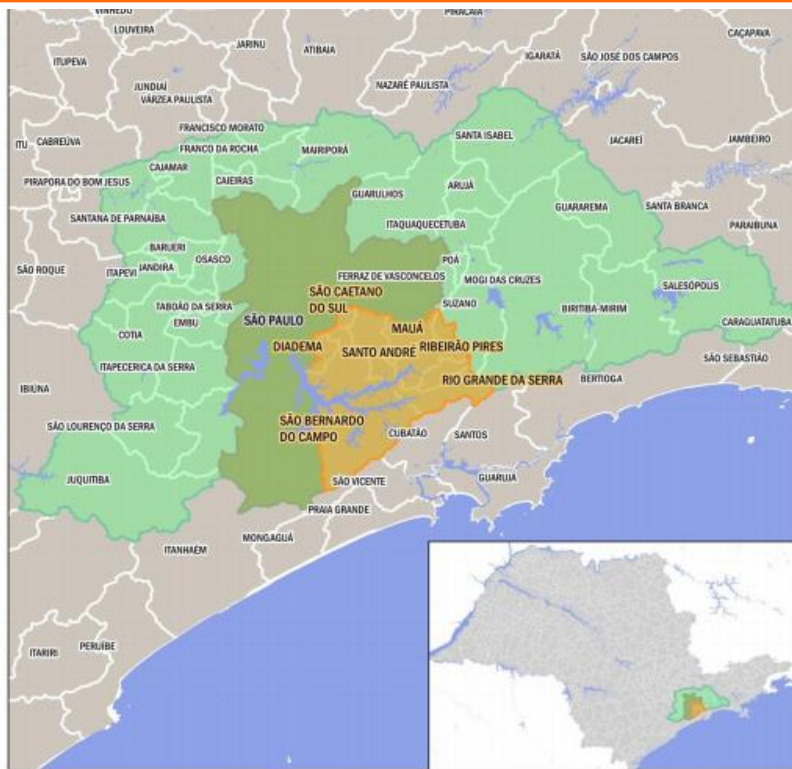


83ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana

Mesa: Regulamentação de transportes por aplicativos

**Consórcio Intermunicipal Grande ABC
04 de agosto de 2022**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC



LOCALIZAÇÃO

Grande ABC

Diadema
Mauá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul

Subregião Sudeste da
Região Metropolitana de
São Paulo



O **Consórcio Intermunicipal Grande ABC** é um consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica.

Criado em 1990, reúne os municípios do ABC para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional.

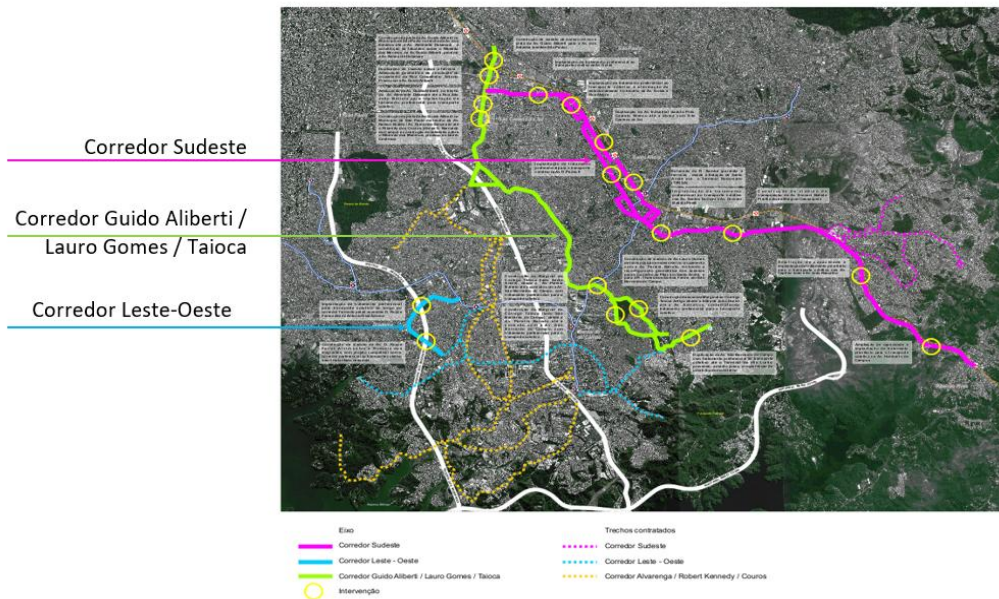
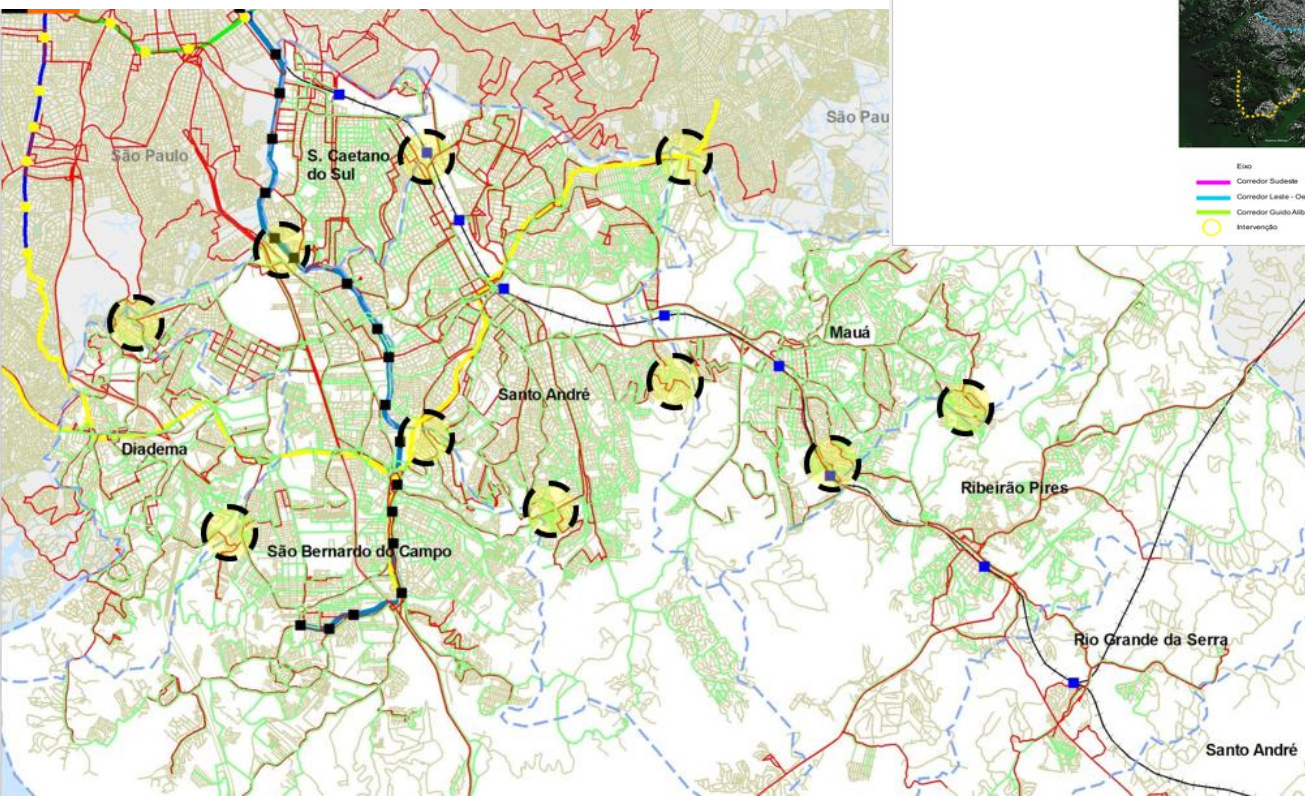
Município	População estimada 2021
Santo André	723.889
São Bernardo do Campo	849.874
São Caetano do Sul	162.763
Diadema	429.550
Mauá	481.725
Ribeirão Pires	125.238
Rio Grande da Serra	52.009
TOTAL	2.825.048



Plano Regional de Mobilidade

Elaboração de 21 projetos de mobilidade em três eixos prioritários para o transporte coletivo, totalizando investimentos de R\$ 26.446.569,14

Abaixo: imagem ilustrativa indicando o mapeamento da rede das linhas de transporte público municipal e intermunicipal, bem como os possíveis pontos de conexão intermunicipal



Acima: imagem ilustrativa de três eixos de caráter regional identificados pelo Plano de Mobilidade para o desenvolvimento de projetos para tratamento preferencial ao Transporte Coletivo.

Regulamentação transportes por aplicativos

- ✓ Setembro de 2021: Início da discussão regional sobre o tema: **Regulamentação transportes por aplicativos no ABC**;
- ✓ Teve como ponto de partida três minutas que estavam sendo elaboradas: nos municípios de Santo André, Diadema e Mauá. / Discussão tópico a tópico das minutas propostas pelos municípios do Grande ABC; / Identificação de convergências e divergências entre as propostas;
- ✓ Aprofundamento do debate em participações nos Fóruns Paulistas do período (80ª, outubro 2021 / 81ª, dezembro 2021 / 82ª, março 2022);
- ✓ Análise comparativa de propostas de outras cidades (em especial São Paulo e RMBS);
- ✓ Março/2022: adoção da proposta da minuta da RMBS como ponto de partida para continuidade do debate;
(Trazia conceituações mais abrangentes de Meta de utilização intensiva do viário e Créditos de km de forma similar com o município de São Paulo)
- ✓ Ajustes em relação às especificidades da região (exemplo: retirada da regulamentação de carona solidária, entre outros)

Regulamentação transportes por aplicativos

Questões em aberto para o debate:

- ✓ Legislação federal atribui a competência exclusiva ao município a obrigatoriedade da regulamentação e cobrança;
- ✓ Legislação federal é vaga quanto aos critérios de regulamentação e cobrança por parte dos municípios;
- ✓ O sistema de transporte por aplicativos diverge muito da dinâmica do táxi (exemplo: táxi é uma concessão / o taxista não pode pegar passageiro em outro município / tarifa estabelecida pelo poder público / etc...)
- ✓ Dada a natureza e possibilidade intermunicipal / intra e inter-regional deste tipo de transporte, a dinâmica de regulamentação / cobrança e fiscalização devem ser similar; (exemplo: CONDUAPP / registro dos motoristas);
- ✓ A possibilidade dos recursos obtidos com a outorga onerosa dos créditos de quilômetros serem direcionados a um fundo municipal de transporte;
- ✓ Para as cidades que possuem dinâmicas conjuntas de circulação entre si, o ideal seria buscar uma única regulamentação regional.

LEI Nº 13.640, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.

“ Art. 11-A. Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º desta Lei no âmbito dos seus territórios.

Parágrafo único. Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço:

I - efetiva cobrança dos tributos municipais devidos pela prestação do serviço;
/.../

“ Art. 11-B. O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º desta Lei, nos Municípios que optarem pela sua regulamentação, somente será autorizado ao motorista que cumprir as seguintes condições:
/.../

Parágrafo único. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e na regulamentação do poder público municipal e do Distrito Federal caracterizará transporte ilegal de passageiros.”

Obrigada!

Sandra Teixeira Malvese

Coordenadora de Programas e Projetos
Consórcio Intermunicipal Grande ABC

sandra.malvese@consorcioabc.sp.gov.br

Tel: +55 11 4435-3571

www.consorcioabc.sp.gov.br